



Eletrobras
Cepel

PROFISSIONAL NÍVEL SUPERIOR III

AQI47

CADERNO: 1

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 - A duração das provas será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo de preenchimento do Cartão de Respostas e o preenchimento da **Folha de Respostas da Prova Discursiva**.
- 2 - O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar será eliminado.
- 3 - Os 3 (três) últimos candidatos a terminar a prova permanecerão na sala e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4 - O candidato NÃO poderá levar o seu Caderno de Questões (provas objetivas e discursivas) e NÃO poderá copiar o gabarito (assinalamentos). A imagem do seu **Cartão de Respostas** será disponibilizada na página do concurso em <http://concursos.biorio.org.br> na data prevista no cronograma.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA/PROVA DISCURSIVA

- 1 - Confira atentamente se este Caderno de Questões, que contém **30 (trinta) questões objetivas** e **4 (quatro) questões discursivas**, está completo.
- 2 - Cada questão da prova objetiva contém **5 (cinco) opções**, somente uma correta.
- 3 - Confira se seus **dados pessoais** e o **cargo/perfil** escolhido, indicados no **cartão de respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente o Fiscal de Sala ou o Chefe de Local. Terminada a conferência, você deve assinar o cartão de respostas no espaço apropriado.
- 4 - Confira atentamente se o **cargo/perfil** e o **número do caderno** que estão no caderno de questões são os mesmos que constam em **seu cartão de respostas e na etiqueta com seus dados colada na mesa/cadeira designada para você sentar**. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente o Fiscal de Sala ou o Chefe de Local.
- 5 - Cuide de seu **cartão de respostas**. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 6 - Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas indicadas seja a correta.
- 7 - No decorrer da prova objetiva o fiscal de sala irá colher a sua digital no selo que está no seu cartão de respostas.

AGENDA

- **13/04/2014**, Provas Objetivas/ Discursivas e Entrega de Títulos (candidatos de Nível Superior).
- **14/04/2014**, Divulgação dos Exemplares dos Cadernos de Questões (Provas) das Provas Objetivas e das Provas Discursivas.
- **14/04/2014**, Divulgação dos Gabaritos Preliminares das Provas Objetivas e das Provas Discursivas
- **15/04/2014**, Disponibilização das Imagens dos Cartões Respostas das Provas Objetivas.
- **16/04 e 17/04/2014**, Interposição de Recursos contra as questões das Provas Objetivas e das questões das Provas Discursivas.
- **28/04/2014**, Divulgação dos Gabaritos Definitivos das Provas Objetivas e das Provas Discursivas.
- **28/04/2014**, Divulgação das Notas Preliminares das Provas Objetivas.
- **06/05 e 07/05/2014**, Interposição de Recursos contra as Notas Preliminares das Provas Objetivas.
- **05/05/2014**, Resultado dos Recursos contra as Notas Preliminares das Provas Objetivas.



INFORMAÇÕES:

- **Tel:** 21 3525-2480 das 9 às 18h
- **Internet:** <http://concursos.biorio.org.br>
- **E-mail:** cepel2014@biorio.org.br

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

MACONHA E CLASSE SOCIAL

Em recente entrevista, o presidente Barak Obama afirmou que fumar maconha é menos nocivo do que ingerir álcool. Defensor da legalização do uso recreativo, acrescentou que a criminalização dessa droga prejudica mais os jovens negros e latinos das classes pobres do que os garotos de classe média, que raramente vão para a prisão pelo seu uso.

Os dois argumentos revelam muito da ideologia dita progressista do presidente.

Adepto do que se convencionou chamar de Estado-babá, ele pauta suas opiniões e decisões de acordo com o perigo que determinada atividade possa representar aos cidadãos. Assim, se a maconha é menos nociva que o tolerado álcool, pode ser liberada. Já o argumento segundo o qual a legalização beneficiará os mais pobres, que costumam ser punidos com mais rigor pela lei opressora, denota sua firme adesão à teoria da luta de classes.

O consumo e comercialização da maconha devem ser liberados sim, mas não pelos fracos argumentos usados pelo presidente. O primeiro é cientificamente controverso e o segundo, embora verdadeiro, é tosco, uma vez que, no limite, pode ser usado para defender a descriminalização de qualquer atividade ilícita, inclusive os crimes contra a vida e a propriedade. Afinal, os mais pobres costumam ser punidos com mais rigor por quaisquer crimes, e não só tráfico e consumo de drogas. A questão relevante aqui deveria ser: devemos criminalizar atividades que não prejudiquem ninguém, além dos próprios agentes?

Ora, se uma atividade deve ser proibida ou autorizada de acordo com os níveis de risco à vida ou à saúde de seus praticantes, deveríamos aplaudir a proibição de esportes radicais, consumo de açúcares, gorduras, álcool, cigarros e, até mesmo, guiar automóveis. Se tais atividades são admitidas, malgrado todos os perigos a elas inerentes, é porque consideramos que temos o direito de escolher o nosso próprio caminho, de buscar a própria felicidade de acordo com os nossos valores e avaliações, não os do governo, dos cientistas ou de qualquer outra atividade.

João Luiz Mauad, o Globo, 19/02/2014

QUESTÃO 1

Os termos do título – maconha / classe social aparecem relacionados, no texto, do seguinte modo:

- (A) os mais ricos fumam mais maconha que os pobres, mas são menos penalizados.
- (B) os mais pobres fumam maconha, mas por uso recreativo.
- (C) o uso da maconha está disseminado por todas as classes sociais.
- (D) os mais pobres são mais penalizados que os que pertencem à classe média.
- (E) os mais ricos defendem a legalização do uso recreativo da maconha.

QUESTÃO 2

Inferese da declaração inicial do presidente Obama que:

- (A) fumar maconha e ingerir álcool são atos de diferentes graus de nocividade.
- (B) fumar maconha é mais benéfico do que ingerir bebida alcoólica.
- (C) devemos fumar maconha, mas não ingerir álcool.
- (D) fumar maconha é menos nocivo do que ingerir álcool, desde que em uso recreativo.
- (E) ingerir álcool é tão nocivo quanto fumar maconha, mas deve-se preferir aquele a essa.

QUESTÃO 3

A frase abaixo que NÃO está estruturada na voz passiva é:

- (A) “...pode ser usado para defender a descriminalização de qualquer atividade...”.
- (B) “...se a maconha é menos nociva que o tolerado álcool, pode ser liberada”.
- (C) “Se tais atividades são admitidas,...”.
- (D) “O consumo e comercialização da maconha devem ser liberados sim...”.
- (E) “A questão relevante aqui deveria ser: devemos criminalizar atividades...”.

QUESTÃO 4

“Adepto do que se convencionou chamar de Estado-babá...”; a designação se prende ao fato de as autoridades

- (A) tratarem todos os cidadãos como irresponsáveis.
- (B) se atribuírem a proteção de todos os cidadãos.
- (C) considerarem os jovens como adultos em miniatura.
- (D) decidirem os pleitos sem consulta à população.
- (E) informarem continuamente à população os problemas encontrados.

QUESTÃO 5

Observe as frases abaixo:

- I. “...a criminalização dessa droga prejudica mais os jovens negros...”.
- II. “...a legalização beneficiará os mais pobres...”.
- III. “...costumam ser punidos com mais rigor pela lei...”.

Sobre o emprego do vocábulo sublinhado, podemos afirmar com correção que:

- (A) todas as frases apresentam formas de comparativo ou superlativo.
- (B) em todas as frases o vocábulo sublinhado pertence à mesma classe.
- (C) na frase III, o vocábulo “mais” pertence a uma classe diferente das demais.
- (D) nas frases II e III, o vocábulo “mais” pertence à classe dos advérbios.
- (E) em todas as frases o vocábulo “mais” apresenta classes diferentes.

QUESTÃO 6

Segundo o texto, os argumentos do presidente Obama devem ser considerados

- (A) igualmente errados.
- (B) atualmente ultrapassados.
- (C) cientificamente ultrapassados.
- (D) diferentemente condenados.
- (E) socialmente preconceituosos.

QUESTÃO 7

“O primeiro é cientificamente controverso e o segundo, embora verdadeiro, é tosco, uma vez que, no limite, pode ser usado para defender a descriminalização de qualquer atividade ilícita, inclusive os crimes contra a vida e a propriedade”. Nesse caso, o argumento do autor do texto apela para:

- (A) uma analogia indevida.
- (B) uma estatística falsa.
- (C) uma simplificação exagerada.
- (D) uma fuga do assunto.
- (E) uma fragmentação argumentativa.

QUESTÃO 8

A alternativa em que a equivalência das estruturas **não** é verdadeira é:

- (A) proibir uma atividade / proibição de uma atividade
- (B) ingerir álcool / a ingerência de álcool
- (C) defender a criminalização / defesa da criminalização
- (D) buscar a felicidade / busca da felicidade
- (E) escolher nosso próprio caminho / escolha de nosso próprio caminho

QUESTÃO 9

“Ora, se uma atividade deve ser proibida ou autorizada...”; o vocábulo “ora”, nesse segmento do texto, tem valor de:

- (A) oposição
- (B) explicação
- (C) conclusão
- (D) comparação
- (E) concessão

QUESTÃO 10

A conclusão do texto permite reconhecer que o objetivo do texto é:

- (A) condenar as declarações do presidente Obama.
- (B) defender as liberdades individuais.
- (C) criticar a condenação generalizada da maconha.
- (D) advogar em favor dos mais pobres.
- (E) alertar as autoridades para os desvios de conduta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

De acordo com a Lei nº 8010/90 e suas alterações, que dispõem sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, é correto afirmar que:

- (A) são isentas dos impostos de importação as importações de máquinas destinadas à pesquisa científica e tecnológica, sendo que essas importações ficam dispensadas do exame de similaridade e controles prévios ao despacho aduaneiro, quando as importações forem realizadas por entidades sem fins lucrativos ativas no fomento, na coordenação ou na execução de programas de pesquisa científica e tecnológica ou de ensino, devidamente credenciados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- (B) são isentas dos impostos de importação, mas não dos impostos sobre produtos industrializados, as importações de máquinas destinadas à pesquisa científica e tecnológica, quando as importações forem realizadas pelo CNPq.
- (C) são isentas dos impostos de importação as importações de máquinas destinadas à pesquisa científica e tecnológica, sendo que essas importações devem se submeter ao exame de similaridade e controles prévios ao despacho aduaneiro, quando as importações forem realizadas por entidades sem fins lucrativos ativas no fomento, na coordenação ou na execução de programas de pesquisa científica e tecnológica ou de ensino, devidamente credenciados pelo CNPq.
- (D) são isentas dos impostos de importação, mas não dos impostos sobre produtos industrializados, as importações de máquinas destinadas à pesquisa científica e tecnológica, sendo que essas importações devem se submeter ao exame de similaridade e controles prévios ao despacho aduaneiro, quando as importações forem realizadas pelo CNPq.
- (E) são isentas dos impostos de importação, mas não dos impostos sobre produtos industrializados nem do adicional ao frete para renovação da marinha mercante, as importações de máquinas destinadas à pesquisa científica e tecnológica, quando as importações forem realizadas pelo CNPq.

QUESTÃO 12

De acordo com a Lei nº 8010/90 e suas alterações, o Ministro da Fazenda, ouvido o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, estabelecerá limite global anual, em valor, para as importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica que são isentos dos impostos de importação, sendo que não estão sujeitas ao limite global anual as importações de produtos:

- (A) decorrentes de doações feitas por pessoas jurídicas estrangeiras, destinados ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, mas estão sujeitas ao limite as importações a serem pagas através de empréstimos externos.
- (B) decorrentes de doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, destinados ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, mas estão sujeitas ao limite as importações a serem pagas através de acordos governamentais destinados ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.
- (C) a serem pagas através de empréstimos externos ou de acordos governamentais destinados ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, mas estão sujeitas ao limite as importações de produtos, decorrentes de doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, destinados ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.
- (D) decorrentes de doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, destinados ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, nem as importações a serem pagas através de empréstimos externos ou de acordos governamentais destinados ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.
- (E) decorrentes de doações feitas por pessoas físicas estrangeiras, destinados ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, mas estão sujeitas ao limite as importações a serem pagas através de empréstimos externos ou de acordos governamentais destinados ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.

QUESTÃO 13

De acordo com a Lei nº 8010/90 e suas alterações, o Ministro da Fazenda, ouvido o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, estabelecerá limite global anual, em valor, para as importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica que são isentos dos impostos de importação, sendo que a quota global de importações será distribuída e controlada pelo:

- (A) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) que encaminhará mensalmente à Secretaria da Receita Federal a relação das entidades importadoras, bem assim das mercadorias autorizadas, valores e quantidades, também encaminhando à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil a relação dos importadores e o valor global, por entidade, das importações autorizadas.
- (B) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) que encaminhará mensalmente à Secretaria da Receita Federal a relação das entidades importadoras, bem assim das mercadorias autorizadas, valores e quantidades, também encaminhando ao CNPq a relação dos importadores e o valor global, por entidade, das importações autorizadas.

- (C) CNPq que encaminhará mensalmente à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil a relação das entidades importadoras, bem assim das mercadorias autorizadas, valores e quantidades, também encaminhando à Secretaria da Receita Federal a relação dos importadores e o valor global, por entidade, das importações autorizadas.
- (D) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) que encaminhará mensalmente ao CNPq a relação das entidades importadoras, bem assim das mercadorias autorizadas, valores e quantidades, também encaminhando à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil a relação dos importadores e o valor global, por entidade, das importações autorizadas.
- (E) CNPq que encaminhará mensalmente à Secretaria da Receita Federal a relação das entidades importadoras, bem assim das mercadorias autorizadas, valores e quantidades, também encaminhando à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil a relação dos importadores e o valor global, por entidade, das importações autorizadas.

QUESTÃO 14

De acordo com a Portaria Interministerial nº 977/10, de 24 de novembro de 2010, que trata da simplificação de procedimentos para a importação de bens destinados a pesquisa científica e tecnológica, competem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, dentre outras, as seguintes atividades referentes à Lei 8.010/1990:

- (A) editar normas relativas ao credenciamento de entes isentos do imposto de importação e à simplificação do despacho aduaneiro para os bens destinados à pesquisa.
- (B) estabelecer critérios de distribuição da cota global anual de importações isentas e executar programas de fiscalização destinados a garantir o cumprimento das condições para o gozo dos benefícios fiscais.
- (C) editar normas relativas à simplificação do despacho aduaneiro para os bens destinados à pesquisa e executar programas de fiscalização destinados a garantir o cumprimento das condições para o gozo dos benefícios fiscais.
- (D) propor procedimentos visando a simplificação do despacho aduaneiro para os bens destinados à pesquisa e executar programas de fiscalização destinados a garantir o cumprimento das condições para o gozo dos benefícios fiscais.
- (E) atuar como órgão anuente perante o Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex, nas importações realizadas, bem como realizar diligências junto aos importadores para verificar a adequação dos bens importados às finalidades previstas, assim como sua correta utilização.

QUESTÃO 15

De acordo com a Portaria Interministerial nº 977/10, de 24 de novembro de 2010, que trata da simplificação de procedimentos para a importação de bens destinados a pesquisa científica e tecnológica, competem à Secretaria da Receita Federal do Brasil, dentre outras, as seguintes atividades referentes à Lei 8.010/1990:

- (A) editar normas relativas à simplificação do despacho aduaneiro para os bens destinados à pesquisa e executar programas de fiscalização destinados a garantir o cumprimento das condições para o gozo dos benefícios fiscais.
- (B) estabelecer critérios de distribuição da cota global anual de importações isentas e executar programas de fiscalização destinados a garantir o cumprimento das condições para o gozo dos benefícios fiscais.
- (C) editar normas relativas ao credenciamento de entes isentos do imposto de importação e à simplificação do despacho aduaneiro para os bens destinados à pesquisa.
- (D) propor procedimentos visando simplificação do despacho aduaneiro para os bens destinados à pesquisa e executar programas de fiscalização destinados a garantir o cumprimento das condições para o gozo dos benefícios fiscais.
- (E) atuar como órgão anuente perante o Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex, nas importações realizadas, bem como realizar diligências junto aos importadores para verificar a adequação dos bens importados às finalidades previstas, assim como sua correta utilização.

QUESTÃO 16

O Decreto 6.759/09 e suas alterações, dentre outros dispositivos, dispõem a respeito da jurisdição dos serviços aduaneiros e considera como zona secundária as:

- (A) águas dos portos alfandegados.
- (B) terras nos portos alfandegados.
- (C) águas territoriais e o espaço aéreo.
- (D) terras nos aeroportos alfandegados.
- (E) terras que compreendem os pontos de fronteira alfandegados.

QUESTÃO 17

O Decreto 6.759/09 e suas alterações, dentre outros dispositivos, dispõe a respeito dos recintos alfandegados como, por exemplo, os portos secos, sobre os quais é correto afirmar que:

- (A) são autorizados a operar com carga de importação mas não de exportação.
- (B) poderão ser instalados na zona primária de portos e aeroportos alfandegados.
- (C) poderão ser autorizados a operar com carga de importação e exportação, tendo em vista necessidades e condições locais.
- (D) são recintos alfandegados de uso restrito, nos quais pode haver movimentação e armazenagem de mercadorias, mas não o despacho aduaneiro.
- (E) são recintos alfandegados de uso restrito, nos quais pode haver movimentação de mercadorias e despacho aduaneiro, mas não armazenagem de bagagem.

QUESTÃO 18

Os INCOTERMS surgiram para consolidar as várias formas contratuais que há muito tempo vinham sendo utilizadas pelos agentes comerciais internacionais. Ao longo do tempo foram efetuadas algumas alterações sendo que a mais recente é denominada “INCOTERMS 2010 ou 2011” pela Câmara de Comércio Internacional (CCI), organismo internacional de caráter privado, responsável pela sua atualização.

Os INCOTERMS definem regras, para exportadores e importadores, representadas por meio de siglas de três letras, que definem direitos e obrigações de vendedor e comprador quanto a fretes, seguros, movimentação em terminais, liberações em alfândegas e obtenção de documentos de um contrato internacional de venda de mercadorias. As mais conhecidas delas são CIF (Cost, Insurance and Freight) e FOB (Free on Board), mas existem diversas outras como, por exemplo, CFR (Cost and Freight), modalidade em que o exportador:

- (A) além de pagar as despesas de embarque da mercadoria e do frete até o local de destino, também arca com as despesas do seguro de transporte da mercadoria até o local de destino indicado, esse INCOTERM pode ser utilizado com qualquer modalidade de transporte, inclusive multimodal.
- (B) deve entregar a mercadoria no porto de destino escolhido pelo importador, ficando as despesas de transporte a cargo do exportador e o importador deve arcar com as despesas de seguro e de desembarque da mercadoria, fica obrigado o exportador a desembarçar a mercadoria para exportação e utilizar apenas o transporte marítimo ou hidroviário interior.
- (C) assume as despesas de seguro, devendo entregar a mercadoria a bordo do navio, no porto de embarque, com frete e seguro pagos, mas sua responsabilidade cessa no momento em que o produto cruza a amurada do navio no porto de destino, sendo que esta modalidade só pode ser utilizada para transporte marítimo ou hidroviário interior.
- (D) deve entregar a mercadoria, desembarçada, a bordo do navio indicado pelo importador, no porto de embarque, sendo esta modalidade válida para o transporte marítimo ou hidroviário interior e todas as despesas, até o momento em que o produto é colocado a bordo do veículo transportador, são da responsabilidade do exportador, cabendo ao importador as despesas e os riscos de perda ou dano do produto a partir do momento que este transpuser a amurada do navio.
- (E) deve pagar as despesas de embarque da mercadoria e seu frete internacional até o local de destino designado e, dessa forma, o risco de perda ou dano dos bens, assim como quaisquer aumentos de custos são transferidos do exportador para o importador, quando as mercadorias forem entregues à custódia do transportador, podendo este INCOTERM ser utilizado com relação a qualquer meio de transporte.

QUESTÃO 19

Os “INCOTERMS 2010 ou 2011” definem regras, para exportadores e importadores estabelecendo direitos e obrigações de vendedor e comprador quanto a fretes, seguros, movimentação em terminais, liberações em alfândegas e obtenção de documentos de um contrato internacional de venda de mercadorias. O INCOTERM denominado DAT (Delivered At Terminal) é uma modalidade em que:

- (A) o exportador entrega as mercadorias, desembaraçadas para exportação, à custódia do transportador, no local indicado pelo importador, cessando aí todas as responsabilidades do exportador, sendo que essa condição pode ser utilizada em qualquer tipo de transporte, inclusive o multimodal.
- (B) as mercadorias podem ser colocadas à disposição do comprador (importador), não desembaraçadas para importação, num terminal portuário e introduz a possibilidade de que as mercadorias possam ser também ser dispostas ao comprador (importador) em um outro terminal, fora do porto de destino.
- (C) o exportador assume o compromisso de entregar a mercadoria, desembaraçada para importação, no local designado pelo importador, pagando todas as despesas, inclusive impostos e outros encargos de importação, não sendo de responsabilidade do exportador, porém, o desembarque da mercadoria, mas o exportador é responsável também pelo frete interno do local de desembarque até o local designado pelo importador.
- (D) as mercadorias poderão ser postas à disposição do comprador (importador) no porto de destino designado, ainda no interior do navio transportador e antes do desembarque para importação, ou ainda, em qualquer outro local, em quaisquer dos casos, antes do desembarque das mercadorias para importação.
- (E) as obrigações do exportador encerram-se ao colocar a mercadoria, já desembaraçada para exportação, no cais, livre junto ao costado do navio e, a partir desse momento, o importador assume todos os riscos, devendo pagar inclusive as despesas de colocação da mercadoria dentro do navio.

QUESTÃO 20

Os princípios constitucionais que regem a atuação administrativa são tratados no Art. 37 da Constituição Federal e, dentre eles, temos o princípio da “eficiência”, que:

- (A) significa a ética e eficácia da conduta administrativa.
- (B) constitucionalizou o direito público subjetivo de todo o cidadão ao tratamento moral e eficaz da coisa pública.
- (C) estabelece que a decisão do agente público deve atender de forma eficaz àquilo que a sociedade considera eticamente adequado, moralmente aceito.
- (D) define uma pauta de valores morais a que a Administração Pública deve submeter-se para a consecução do interesse coletivo de maneira efetiva.
- (E) indica que a Administração Pública deve concretizar a atividade administrativa predisposta à extração do maior número possível de efeitos positivos ao administrado.

QUESTÃO 21

Dentre as principais características das autarquias, destacamos que:

- (A) sua criação é feita por decreto e a organização e regulamentação são definidas por seus conselhos de administração.
- (B) o patrimônio inicial é oriundo da entidade estatal a que se vincula e seus bens e rendas constituem patrimônio próprio público.
- (C) os atos de seus dirigentes, por não serem atos da Administração Pública, não estão sujeitos a mandado de segurança nem a ações populares.
- (D) os atos de seu pessoal, por ser contratado no regime definido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, não se equiparam aos praticados por funcionários públicos.
- (E) por não integrarem a administração direta, as despesas relativas a compras, serviços e obras não estão sujeitas às normas de licitação, embora devam se submeter a regulamentos similares definidos em regulamentação específica.

QUESTÃO 22

Os avisos contendo os resumos dos editais de licitação deverão ser publicados com antecedência e o prazo mínimo até o recebimento das propostas, no caso da modalidade concorrência visando contrato em regime de empreitada integral, é de:

- (A) 30 dias.
- (B) 35 dias.
- (C) 40 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 50 dias.

QUESTÃO 23

Os avisos contendo os resumos dos editais de licitação do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço” deverão ser publicados com antecedência, sendo o prazo mínimo até o recebimento das propostas, no caso da modalidade tomada de preços, de:

- (A) 30 dias.
- (B) 35 dias.
- (C) 40 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 50 dias.

QUESTÃO 24

São as seguintes as modalidades de licitação: concorrência; tomada de preços; convite; concurso; e leilão. A concorrência é a modalidade de licitação entre:

- (A) interessados de qualquer ramo de atuação, cadastrados ou não, escolhidos pela unidade administrativa.
- (B) quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.
- (C) quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
- (D) quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (E) interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o décimo dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

QUESTÃO 25

São as seguintes as modalidades de licitação: concorrência; tomada de preços; convite; concurso; e leilão. O convite é a modalidade de licitação entre interessados:

- (A) de qualquer ramo de atuação, cadastrados ou não, escolhidos pela unidade administrativa.
- (B) do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos pela unidade administrativa.
- (C) para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
- (D) que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (E) devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

QUESTÃO 26

Empresa pública é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito:

- (A) privado, com patrimônio próprio e capital exclusivamente governamental, criação autorizada por lei, para exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.
- (B) público, com patrimônio público e capital exclusivamente governamental, criação autorizada por decreto, para exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.
- (C) público, por ser empresa pública, com patrimônio próprio, mas capital exclusivamente privado, criação autorizada por lei, para exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.

- (D) público, por ser empresa pública, com patrimônio e capital exclusivamente privados, criação autorizada por decreto, para exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.
- (E) privado, com patrimônio público e capital exclusivamente privado, criação autorizada pelo Poder Executivo, para exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.

QUESTÃO 27

As atividades das empresas públicas são regidas pelos preceitos:

- (A) do serviço público, mas não controlada pelo poder público, embora tenha a finalidade de ajustar-se a um Plano Geral de Governo.
- (B) comerciais, constituída, organizada e controlada pelo poder público, mas não vinculada do Plano Geral de Governo, por ser uma empresa de direito privado.
- (C) comerciais, constituída, organizada e controlada pelo poder público, e por este através da entidade a que estiver vinculada, supervisionada, com a finalidade de ajustar-se a um Plano Geral de Governo.
- (D) do serviço público, constituída, organizada e controlada pelo poder público, e por este através da entidade a que estiver vinculada, supervisionada, com a finalidade de ajustar-se a um Plano Geral de Governo.
- (E) comerciais, constituída pelo poder público mas controlada e organizada por seus respectivos conselhos de administração, e por este através da entidade a que estiver vinculada, supervisionada, com a finalidade de ajustar-se a um Plano Geral de Governo.

QUESTÃO 28

A alienação de bens da Administração Pública, quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, que não é dispensável em caso de:

- (A) dação em pagamento ou investidura.
- (B) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo.
- (C) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais.
- (D) alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal onde incidam ocupações até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais ou 1.500ha (mil e quinhentos hectares), para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais.
- (E) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública.

QUESTÃO 29

A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, não podendo esta ser dispensada em caso de:

- (A) venda de títulos, na forma da legislação pertinente.
- (B) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.
- (C) venda de materiais e equipamentos ao setor privado quando não mais houver utilização previsível para os mesmos.
- (D) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades.
- (E) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação.

QUESTÃO 30

O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei 8.666 não confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

- (A) fiscalizar-lhes a execução.
- (B) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (C) modificar unilateralmente cláusulas econômico-financeiras para melhor adequação às finalidades de interesse público.
- (D) modificar cláusulas unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- (E) nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO 1

Apresente as condições sob as quais poderão ser adotados os tipos de licitação denominados “melhor técnica” ou “técnica e preço”.

QUESTÃO 2

Um processo licitatório se inicia com a abertura dos envelopes com a documentação relativa à habilitação dos concorrentes. Ao final do processo, tem-se a deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

Identifique os demais procedimentos que devem ser observados visando ao processamento e julgamento de uma licitação.

LÍNGUA INGLESA

QUESTION 1:

Here is an extract from a text entitled “Forests Fuel Brazilian Hydropower”. After reading it, answer the question **IN ENGLISH** (in about 10 lines):

Once Upon a Time...

People thought the worth of a forest was determined by the value of its timber. We now know that leads to a gross undervaluation. Forests, like most ecosystems, provide a host of services whose value can far exceed the simple worth of the trees. Services like clean water and air, soil retention, stormwater control, habitat, and even increasing groundwater supply. Cut down a forest and you need to replace all the things the forest provides, and that can be quite expensive.

(<http://theenergycollective.com/billchameides/230641/forests-fuel-hydropower-brazil> accessed on February 18, 2014)

The title of this extract is typical of another genre. Explain its adequacy here bearing in mind the information provided in the text.

QUESTION 2:

The following extract was taken from the same text entitled “Forests Fuel Brazilian Hydropower”. After reading it, answer the question (in about 10 lines):

Environmentalists Cheer... and Hiss

If you’re a fan of the environment, all that hydropower can seem like a good thing – energy without burning fossil fuels and so no air pollution, no greenhouse gas emissions. Right? Not quite.

First of all it’s not clear that “no greenhouse gas emissions” holds for hydropower in all settings, especially tropical rainforests. The carbon that is liberated from the forests to make way for the dam and the methane generated from the submerged organic matter can significantly tip the carbon footprint scale for hydroelectric facilities in the direction of new global warming.

And then there’s deforestation. Building a dam in the Amazon almost invariably means cutting down large swaths of trees. And there’s no way for an environmentalist to feel good about all that forest clearing. Blocking up the river with a dam is not so great either.

(<http://theenergycollective.com/billchameides/230641/forests-fuel-hydropower-brazil> accessed on February 18, 2014)

Translate the two actions mentioned in the title into Portuguese and explain **IN ENGLISH** why they apply to the text.

